

**“Os Cayapó no sul de Mato Grosso: entre roças, estradas e aldeamentos”
(século XIX)**

SERRA, Vanessa Aparecida Camperlingo¹

RESUMO: Este ensaio refere-se à análise da história indígena no sul de Mato Grosso, em especial ao estudo das ações dos povos que habitavam a costa leste desta localidade no contexto do Brasil Império, com o olhar para as práticas dos Cayapó em vista dos embates vivenciados com os senhores de terras de Sant’Anna do Paranahyba. Num primeiro momento, visamos o trabalho de sistematização das fontes, a partir do uso de documentos, como: Relatórios de Província do século XIX e documentos avulsos, coletados no Arquivo Público de Cuiabá. No decurso da pesquisa foi necessário trabalharmos outros documentos como os relatos de viajantes e sertanistas. Observa-se ainda a importância do diálogo com a historiografia regional e brasileira, norteando as indagações para o entendimento de como se dava a vida dos povos originários, especialmente os Cayapó, nos meados do XIX.

Palavras-chave: Cayapó; sul de Mato Grosso; história indígena; Sant’Anna do Paranahyba.

“The Cayapó in the south of Mato Grosso: between fields, roads and settlements” (19th century)

ABSTRACT: This essay refers to the analysis of the indigenous history in the south of Mato Grosso, especially to the study of the actions of the peoples that inhabited the east coast of this locality in the context of Brazil Empire, with the look to the practices of the Cayapó in view of the encounters experienced With the landlords of Sant’Anna do Paranahyba. At first, we aimed at the systematization of the sources, from the use of documents, such as: Reports of Province of the nineteenth century and separate documents, collected in the Public Archive of Cuiabá. In the course of the research it was necessary to work on other documents such as the reports of travelers and sertanistas. We also note the importance of the dialogue with regional and Brazilian historiography, guiding questions for the understanding of how the life of the native peoples, especially the Cayapó in the mid-nineteenth century.

Keywords: Cayapó; south of Mato Grosso; indigenous history; Sant’Anna do Paranahyba.

INTRODUÇÃO

O objetivo central da pesquisa foi o de analisar como se deram os conflitos envolvendo colonos, administração e os indígenas no processo de ocupação do sul de Mato Grosso, especialmente as ações dos povos originários no contexto do Brasil Império, com um olhar mais atento para os Cayapó, na localidade de Sant’Anna do

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Bolsista PIBIC/CNPq.
E-mail: vanessa.serra@hotmail.com

Paranahyba, sul de Mato Grosso. Visamos compreender como se deram os encontros e desencontros entre os povos originários e os poderes provinciais e locais e ainda face aos viajantes que por ali passavam e se deparavam com esses grupos, ocorrendo, a depender das situações, diversos conflitos e tensões.

Utilizamos como fonte o relato do viajante e sertanista, Joaquim Francisco Lopes, em sua obra “Derrotas”, o trabalho de Odair Giralдин, *Cayapó e Panará* e de João Antonio Botelho Lucidio, *Nos Confins do Império um Deserto de Homens Povoados por Bois*. Somam-se à esses referenciais teóricos a reflexão e interpretação dos Relatórios de Província, dentre outras correspondências oficiais.

O trabalho se fundamentou no estudo da história indígena e a partir de fontes que pudessem favorecer a compreensão de como se deu esta história no sul de Mato Grosso, com o olhar para a presença dos Cayapó pelas margens que conseguiam abrir, por entre as terras que lhes foram tomadas, especialmente a partir do século XIX.

A importância deste trabalho nos aponta para a necessidade de entendermos o que acontece hoje com as populações indígenas brasileira. Quando ocorre, por exemplo, em massacres de pistoleiros contra os povos Kaiowá-Guarani no Mato Grosso do Sul (2016) ou os Gamelas no Maranhão (2017), é preciso entender que a violência, o preconceito e a tentativa de retirada das terras dos povos originários não são ações do presente.

Infelizmente, esses casos não são os únicos, pois há ainda os dados sobre suicídios encontrados no Relatório “Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil”², como os 87 casos em todo o país, em que 45 ocorreram no Mato Grosso do Sul, principalmente entre os Kaiowá-Guarani, entre os anos 2000 e 2015 foram registrados 752 de casos de suicídio apenas no MS.

Recentemente tornaram-se público os dados que revelam trabalhos forçados, doenças e miséria de indígenas. O site da Agência Pública disponibiliza fontes como os relatórios do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, entre 1965 e 1975. que nos informa que no ano de 1970, em uma missão ao Brasil, os delegados europeus Rolf Habersang, Sjouke Bakker e Akerren que se explicita que eles viajaram: “o diário da viagem dos delegados conta como na aldeia Santa Isabel, com

² CIMI-Conselho Indigenista Missionário. Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil, 2015. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/pub/relatorio2015/relatoriodados2015.pdf>. Acesso em: 19/2/2017

250 índios Carajás, a malária tracoma e gastroenterite dominavam o local. Mas o destaque foi o “baixo padrão de higiene, agravado pela presença de muitos cachorros que poderiam ser fonte de tuberculose”³.

Percorrendo outros cantos do Brasil, o grupo constatou, no Mato Grosso, entre os Bororo, uma situação de muita pobreza, os quais se encontravam ainda com “anemia severa e com 15% da população sofrendo com tuberculose.” Nas proximidades de Cuiabá, em 1 de junho, no ambulatório da Funai, constataram grandes filas de espera e apenas 50 camas para os que sofriam de tuberculose.

Outra situação desveladora da falta de assistência médica e das precárias condições de saúde encontradas nos trajetos dos viajantes eram os abortos frequentes. Como constataram os dados do site Agência Pública, na região de Corumbiara (RO), espaço marcado por conflitos agrários na aldeia dos Nambiquara, além de desnutrição e, de doenças, os indígenas eram obrigados a trabalharem para os fazendeiros locais, portanto, muitas mulheres abortavam com medo do futuro dos filhos: “O resultado eram abortos frequentes e, portanto, um estagnação na população da aldeia”⁴.

Segundo o Relatório “Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil”⁵, em 2015 ocorreram 137 assassinatos de indígenas em todo o país, sendo que 36 deles foram registrados pelo Distrito Sanitário Especial Indígena do Mato Grosso do Sul, Dsei-MS, muitos ocorrendo pelos conflitos fundiários entre os nativos e os particulares. Apesar desses dados, quem saberá dizer o real número de assassinatos, diante da falta de visibilidade e do preconceito agudo que os indígenas sofrem?

Não nos deteremos nos dados atuais, até porque não é o objetivo desse ensaio, porém é importante mostrar como a violência, a repressão e o assassinato dos indígenas hoje são reflexos do tempo passado, em que os colonizadores desde quando na América portuguesa chegaram não consideraram esses povos como donos legítimos das terras, sendo vistos como “selvagens” ou como “inocentes” pelas ordens religiosas, daí o processo de catequização.

³ CHADE, Jamil. Relatórios do Comitê Internacional da Cruz Vermelha. 24 de Outubro 2016. Disponível em: <http://apublica.org/2016/10/documentos-da-cruz-vermelha-revelam-massacre-de-indigenas-na-ditadura/>. Acesso em 2/2/2017.

⁴ Idem.

⁵ CIMI, op cit.

Para uma discussão dos povos originários e seus direitos, utilizamos Manuela Carneiro da Cunha, *Índios no Brasil: História, direitos*. Sobre os povos originários em Sant'Anna do Paranaíba, Maria Celma Borges é uma referência, com o trabalho *Os Cayapó e a propriedade da terra em Sant' Anna do Paranaíba, sul de Mato Grosso*; a respeito dos aldeamentos, consultamos Sarah Maranhão Valle, em seu texto *O Processo de destruição das aldeias na segunda metade do século XIX*.

A partir do acesso às fontes primárias, como textos oriundos da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Relatórios de Província e outras Correspondências Oficiais, buscamos trabalhar questões que remeteram à compreensão dos Cayapó e de outros indígenas como agentes sociais que, no modo possível de cada dia, viveram e resistiram à violência, sucumbindo, muitas vezes, mas também buscando rupturas, a fim de evidenciar outras dimensões da vida que não somente as limitadas ao poder do mando e da violência.

Uma questão que levantamos diz respeito à cultura, ou seja, a partir das fontes, objetivamos compreender elementos da cultura indígena, os quais pudessem evidenciar o modo de vida e de trabalho desses agentes sociais. Um dos pressupostos deu-se a partir do fato de que as suas práticas poderiam ser entendidas como forma de resistência e preservação de seu modo de vida, mesmo que, no correr do tempo, tenhamos à impressão de que aos povos originários restaram somente à referência à sua memória.

Pelo estudo dos referenciais teóricos que tratam da história indígena em outras localidades pudemos encontrar as experiências dos sujeitos e povos originários no contexto do século XIX, experiências que iluminaram as histórias do sul de Mato Grosso e que puderam evidenciar sujeitos que lutaram, mas também se “acomodaram”, ora se submetendo aos senhores de terras e também à administração provincial, ora reivindicando os seus direitos por meio das lutas, embates, entre outras práticas.

Para entender a história da ocupação em Mato Grosso, vimos ser preciso, primeiramente, compreender como se deram os embates entre as frentes colonizadoras com os nativos, porque eram e ainda são a base de todo entendimento da ocupação nessa região. Como aponta Fabrini: “A história da instalação das primeiras fazendas, fortes, presídios, vilas, etc, na região sul da Capitania/Província de Mato Grosso, é também a história da luta e resistência

indígena pela manutenção de seus sistemas de vida, enfim de sua sobrevivência.” (FABRINI, 1996, p.36)

A partir de Cunha (2012), é possível entender que os primeiros contatos entre os colonizadores e os povos originários na história do Brasil se deram por meio do escambo, momento em que se trocavam machados, espelhos e coisas supérfluas pelo trabalho de coleta do pau-brasil. Vemos, a partir do Discurso de Estevão Ribeiro de Rezende, presidente da Província de Mato Grosso, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 1º de março de 1840, que não foi só no início da “descoberta” do Brasil que se davam essas práticas, mas ainda quando sertanistas, entre outros representantes dos poderes provinciais e particulares, buscavam “mimozeá-los” numa relação íntima de interesses, como é perceptível neste trecho em que o presidente da Província, observa: “Mandei-os a vir à minha presença, e recebi-os com agasalhos, e a todos mandei brindar, quando possível, com ferramentas próprias para a lavoura, ou concertos das que trasião, e com algum vestuário de tecidos grossos”.⁶

O INÍCIO DOS CONFLITOS

Instalado o primeiro governo geral do Brasil, as relações envolvendo o governo, os nativos, os colonos e os missionários tornaram-se ainda mais conflituosas. Os índios não serviam mais para fazer escambo, como nos anos iniciais da colonização. Mas por quê será que não serviam mais? No contexto do Império, em Sant’Anna do Parahyba, como em outras localidades, serviriam de mão de obra para construções de canoas, como guias dos trajetos, apresamento de outros índios, entre outras ações. No discurso do presidente da província de Mato Grosso, justificando a catequese, José Antonio Pimenta Boeno, na abertura da terceira sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial, no dia 1º de março de 1837, é perceptível essa questão:

a catequesi de taes Nações offerceria grandes vantagens sem o temor dos perigos e estragos que elles ameração. novas explorações, e viagens se abrião: novas minas serião descobertas, novos producion, e novas sahidás á

⁶ Discurso que recitou o exm. snr. doutor Estevão Ribeiro de Rezende, presidente desta provincia, na ocasião da abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 1.o de março do corrente anno. Cuyabá, Typ. Provincial, 1840, p.16. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/397/000016.html>
Acesso em: 22/7/2016

elles; e os proprios Indigenas, como outros já fizerão, conhecedores do terriyorio, servir-nos ião de guias (1837, p.18).⁷

Porém, é importante ressaltar a resistência desse povos que não aceitavam serem subordinados e faziam o que estavam a seu alcance para não se sujeirarem a essas condições, como relata Joaquim Francisco Lopes, na obra *Derrotas*:

Advirto que fizemos roça em Santa Ana para se formar a nova situação do dito Garcia. Voltando para o Monte Alto encontrei meu pai no porto, destinado ao fazer canoas e rodar a descobrir rio Verde; fui acompanhá-lo e levemos três canoas, e quatorze índios caiapós. Chegando na barra da dita com o rio Grande topamos os índios da aldeia do Tietê; pousemos por baixo da ilha Grande; fugiram os ditos quatorze índios e ajuntaram-se com os da aldeia. (LOPES, 2007, p.17)

No decorrer da viagem, seguindo os caminhos do sul de Mato Grosso, encontramos Joaquim Francisco Lopes no Salto, “quatro leguas d’aldêa”. Ao narrar a travessia por cachoeiras, corredeiras de canoas, o itinerário do dia 14 mostra a fuga de indígenas:

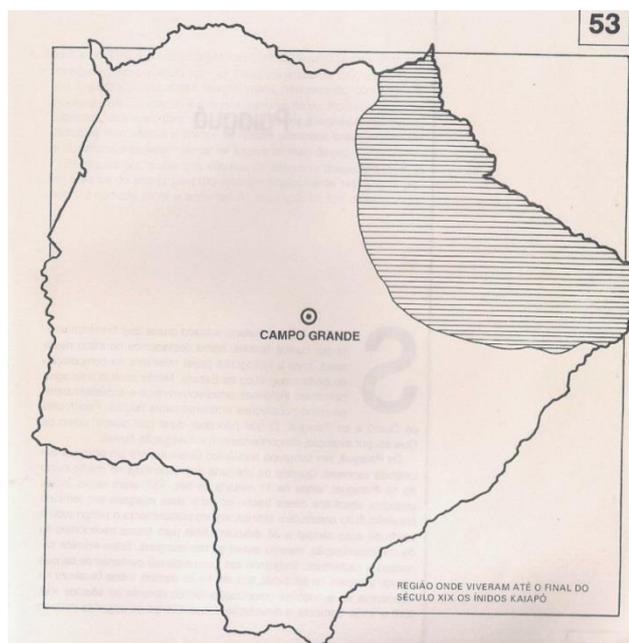
Pelas 7 horas da manhã o Sr. Lopes com sete pessoas foram explorar os sertões do lado do norte. O Sr. Vergueiro e os demais deixando na ilha a bagagem, subiram pelo Tibagy mui cheio e correntoso, fazendo pouso pelas 4 horas da tarde com um quarto de legua de marcha a rumo geral de leste. D’aqui fugiram dois camaradas indios, em cuja procura voltávamos já noite a ilha. (LOPES, 2007, p.23)

O documento ainda narra que os dois nativos foram encontrados mais tarde, momento em que: “capturamos os fugidos, que foram severamente reprehendidos” (LOPES, 2007, p.23).

Os lugares nos quais os Cayapó poderiam ser encontrados, conforme Hildebrando Campestrini localizam-se na: “região compreendida pelos rios Aporé, Paranaíba, Paraná, Pardo, Camapuã, Coxim e Taqueri, com vegetação mais densa nos vales e cerrados nas partes mais altas”. Toda essa área “era ocupada, no século 18, pelos Caiapós” (CAMPESTRINI, 2002, p.17). E, conforme é possível depreender da documentação, o que não faltaram foram vários conflitos envolvendo esses povos e os colonizadores. Por isso, por parte dos poderes provinciais, os Cayapó e outros nativos de Mato Grosso foram submetidos a proposta de “civilização e catequese”. De maneira genérica a ilustração da região onde os

⁷ Discurso recitado pelo exm. presidente da provincia de Matto-Grosso, José Antonio Pimenta Boeno, na abertura da terceira sessão ordinaria da Assembléa Legislativa Provincial, em o dia 1.o de março de 1837. Typ. Provincial de Cuiabá, 1845. p.18 Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/395/000018.html> Acesso em: 22/7/2016

Cayapó se estabeleciam é apresentada no livro de Gilson Rodolfo Martins (1992), intitulado: *Breve painel etno-histórico do Mato Grosso do Sul*:



(MARTINS, 1992, p.77)

Entretanto, é intrigante pensar o porquê dos conflitos entre poderes locais, provinciais e os povos originários e indagar os motivos para tanta violência. Muitos, se não todos esses atos, advêm da noção de primitivismo que Cunha aponta, ao explicar que:

Na segunda metade do século XIX, essa época de triunfo do evolucionismo, prosperou a ideia de que certas sociedades teriam ficado na estaca zero da evolução, e que eram portanto algo como fósseis vivos que testemunhavam o passado das sociedades ocidentais. Foi quando as sociedades sem Estado se tornaram, na teoria ocidental, sociedades 'primitivas'. (2012, p.11)

Cunha ainda informa que havia uma política provincial de se juntarem os índios com o resto da população, favorecendo casamentos mistos, colocando nomes portugueses em vilas e encorajando o estabelecimento dos povos originários com os moradores da região, a fim de que se inserissem no todo da população. Tais ações, como veremos mais adiante, eram estabelecidas visando justificar a espoliação das terras dos nativos e negar-lhes o direito ao aldeamento.

Ressalta Cunha (2012) que, ao longo do século XIX, não havia um consenso sobre a questão indígena, a respeito de qual a melhor solução para incorporar os povos originários à sociedade civil. Havia, de um lado, defensores da força como forma eficiente de transformar o índio em civilizado; do outro lado, recomendava-se o meio brando para sua integração com a sociedade.

Na defesa do primeiro método podemos citar Francisco Adolfo Varnhagen, historiador e diplomata, que em seu “*Discurso preliminar*” pactuava com a ideia de violência, força e repressão para “civilizar” os nativos brasileiros. Para começar, Varnhagen nem os considerava como “os mais legítimos representantes, no passado, da nacionalidade atual” (1857, p.1), nem os considerava como “bárbaros”, mas como “selvagens” mesmo. Usando argumentos como “os Índios possuíam ideia vagas de religião”, viviam em “estado de atraso social”, “não castigavam vícios, nem premiavam virtudes”, “empregavam a guerra por vingança ou por satisfazer outros instintos” e ainda “os nossos Índios viviam (e alguns vivem ainda) no primitivo estado do homem caído e manchado” (1857, p.2-4), Varnhagen utilizava esses pensamentos para justificar o uso da força face aos nativos. Em suas palavras:

[...] os Índios não eram donos do Brasil, nem lhes é applicável como selvagem o nome de Brasileiros: não podiam civilisar-se sem a presença da força, da qual não se abusou tanto como se assoalha; e finalmente de modo algum podem elles ser tomados para nossos guias no presente e no passado em sentimentos de patriotismo ou em representação da nacionalidade (1857, p.14).

Contra-pondo-se a este pensamento, podemos citar José Bonifácio no documento “*Apontamentos para a civilização dos Índios bravos do império do Brasil*”, ao argumentar que o meio mais eficaz para a anexação dos nativos no ambiente social seria o “meio brando e pacífico”, por meio da catequese: “elles nos odeião, nos temem, e podendo nos matam, e devorão. E havemos de desculpal-os; porque com o pretexto de os fazermos Christãos, lhes temos feito, e fazemos muitas injustaiças, e crueldades”. (1823, p.19)

Porém, devemos ressaltar que Bonifácio não tinha um pensamento sobre as características dos indígenas avesso ou inverso ao de Varnhagen, pelo contrário, considerava os nativos como “preguiçosos”, “vagabundos” e, por não terem a “ideia de propriedade, nem desejo de distinções, e vaidades sociais, que são as molas poderosas, que poem em actividade o homem civilisado” (1823 p.15), eram também interpretados, por esse político e pensador do século XIX, como inferiores. Assim, Bonifácio considerava que somente por meio da catequese o nativo poderia se transformar em um homem da sociedade cristã:

D'aqui fica claro que sem novas providencias, e estabelecimentos fundados em justiça, e sãa política nunca poderemos conseguir a Cathequização e civilização d'esses Selvagens. He preciso pois imitar, e aperfeiçoar os methodos de que usárão os Jesuitas. Elles por meio de brandura, e beneficio aldearão infinidade de Índios bravos, e o que mais he, até os governadores de Goyaz imitando-os

fizerão nossos amigos os Acroás, e os Jovaes, os indomitos Caiapós, os Chavantes (BONIFÁCIO, 1823, p.21).

Observamos que a catequese e a civilização não foram somente argumentos ou práticas utilizadas para “diminuir as hostilidades” dos povos originários, mas ainda estratégias para a tentativa de inserirem esses homens e mulheres no mercado de trabalho, como vemos no discurso recitado pelo presidente da província de Matto-Grosso, Ricardo José Gomes Jardim, na abertura da sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial, em 1º de março de 1845:

a catequese e civilização dos indigenas he sem duvida hum dos mais importantes deveres, que o Acto adicional commetteo ás Assembléas Provinciaes, cumulativamente com a Geral e o Governo; mas não deve-se entender, com até-qui, que esta tarefa reduz-se simplesmente a domesticar os Indios, e tornal-os imperfeitos christão, abandonando-os depois a si mesmo: he necessario de mais fixal-os na vida civil, e fazer-lhes contrahir o habito do trabalho, a que são avessos, proporcionando lhes os meios de serem regular e proficuamente empregados (1845, p.27-28)⁸.

Veremos, conforme Cunha (2012), que a partir de meados do século XIX, as ambições dos colonizadores e da administração pública passarão da mão de obra, do trabalho indígena, para suas terras, ocorrendo embates e várias mortes por todo o território do Brasil. Giralдин explica que os conflitos entre os Cayapó e os “brancos” estão relacionados “com a história da descoberta e a exploração dos garimpos de ouro em Goiás e Cuiabá” (1997, p.137).

Porém, é necessário destacar que não foi apenas pela mineração que houve os contatos e os conflitos entre esses sujeitos. Fabrini explica que com a queda da produção aurífera na região, abriu-se oportunidade para a pecuária, levando muitos posseiros a adentrar as regiões dos povos originários.

Para fazer acontecer a mineração, a agricultura monocultora, a pecuária e até mesmo as roças para o abastecimento interno, os governantes da Colônia e do Império tiveram que enfrentar os conflitos com vários grupos nativos, sendo um deles os Cayapó. Para poderem justificar sua presença e seus atos de violência na região contra os povos originários, identificaram os Cayapó em uma imagem de “cruéis, sem civilização, bárbaros”, que “matavam animais, crianças, mulheres”, entre outros adjetivos negativos, visando moldar, desse modo, a repulsa dos Cayapó face à população.

⁸ Discurso recitado pelo exm. presidente da província de Matto-Grosso, Ricardo José Gomes Jardim, na abertura da sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial, em o 1o de março de 1845. Cuiabá, Typ. Provincial, 1845. P.27-28 Acesso em: 17/06/2016

No contexto da colônia, com o aumento dos conflitos, muitas vezes governadores autorizavam a população a escravizar e atacar índios capturados. Esse argumento ajuda também o Conselho Ultramarino a confirmar a guerra ofensiva, justificando as violências que os “brancos” faziam contra as populações nativas.

Como se depreende das leituras de Giralдин (1997), o “caminho de Cuiabá”, via de comunicação mineradora com a vila de São Paulo, foi um dos cenários de bastante conflito entre os poderes públicos e particulares e os Cayapó. Outro seria o “caminho de Goiás”, ligando Vila Boa de Goiás a São Paulo. Pelas monções, nos percurso entre Cuiabá e São Paulo, davam-se embates contra os Cayapó, os quais se intensificavam nas margens do Rio Pardo.

Diferentemente de Cuiabá, os “caminhos de Goiás” eram terrestres e foi por esses caminhos que os bandeirantes adentraram “no final do século XVII, princípios do XVIII, e penetraram nos sertões do Brasil Central, descobrindo as minas de ouro de Goiás” (1997, p.67), como pontua Giralдин, sendo o principal meio de comunicação com a vila de São Paulo, e lugar em que ocorreram vários conflitos entre colonos e os Cayapó.

Após tantos conflitos armados entre os “brancos” e os Cayapó, em Goiás, um primeiro grupo foi aldeado. Giralдин ressalta que no dia 29 de maio de 1781:

Chegaram à Vila Boa de Goiás, duzentos e trinta e sete Cayapó, comandados por dois caciques sendo batizados, em 12 de junho, cento e treze meninos. Para aldeá-los, o governador construiu um aldeamento chamado de aldeia Maria I. Como resultado desta primeira redução, vieram duas outras levas, uma de oitenta e oito e, depois, mais duzentos Cayapó, perfazendo perto de seiscentos que foram aldeados em Maria I. (GIRALDIN, 1997, p.91)

Outras aldeias, como conta Giralдин, parecidas com Dona Maria I, foram abertas, como o aldeamento de São José de Mossâmedes, na província de Goiás. Giralдин apresenta hipóteses de que os Cayapó teriam aceitado viver no aldeamento, mesmo depois de anos de tensões com os “brancos”. O autor leva em conta três fatores: epidemia de varíola, perda nas guerras contra os “brancos” e falta de comida por causa da seca que atingiu toda a capitania de Goiás. Pela falta de chuva, muitos nativos se deslocaram, abandonando suas roças.

No aldeamento de São José de Mossâmedes, criado em 1774, os povos originários foram aldeados juntamente com os Karajá, Javaé, Acroá e Xacriabá. Esses grupos e os Cayapó eram inimigos tradicionais, havendo maiores atritos entre

as etnias. Essa tensão preocupava as autoridades, temendo conflitos entre os grupos. E o modo como os aldeamentos foram agrupados contribuiu para a sua decadência. A aldeia Maria I também fracassou porque o governo encontrava dificuldades em controlar a população, entre outros problemas oriundos do modo como se estabeleciam essas aldeias e dos interesses em voga.

No final do século XVIII, com a decadência da mineração nas regiões de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, a população dessas áreas foi ocupar as regiões, segundo Giralдин, do Triângulo Mineiro, norte de São Paulo e sudoeste de Goiás. É a partir desse fluxo migratório que se intensificam os embates com os povos originários, principalmente com os Cayapó, como afirma Giralдин:

Os problemas passaram, a partir de então, a ser resolvidos entre os migrantes oriundos das áreas mineradoras e os Cayapó, nas terras antes ocupadas por eles. A maneira como se vai ocupar o espaço neste processo é substancialmente diferente daquela do período áureo da mineração. Naquele princípio do século XVIII, até pelo menos a década de 1780, a ocupação se dava em torno de um núcleo minerador, com as pequenas atividades agrícolas se desenvolvendo em torno do garimpo. Não havia, portanto, a necessidade de extrapolar as fronteiras e expor-se ao perigo dos ataques Cayapó. (1997, p.121)

Giralдин destaca três aldeias que tiveram bastante relação com os “brancos”: Santana do Paranaíba, Taquari e Piquiri. Porém, nos detemos somente na primeira aldeia haja vista a necessidade do recorte geográfico da pesquisa. Este autor ainda explica que as áreas em que se encontravam os Cayapó não era aldeamentos regulares e oficiais. Mas, mesmo face às intempéries, esses povos nesses aldeamentos conseguiam minimamente manter a sua cultura, como, por exemplo, a prática da caça. Entretanto, surgiam reclamações de fazendeiros em meados do século XIX, mostrando o processo de ocupação desses sujeitos de áreas ditas particulares, já que até aquele momento não havia reclamações das expedições de caça dos nativos.

A ocupação das áreas indígenas era organizada tanto pela administração pública como pelos interesses particulares nas diversas localidades que ligavam Mato Grosso e São Paulo, como pontua Borges (2013), ao discutir os embates entre os colonizadores e os povos indígenas:

[...] é possível vislumbrar encontros e desencontros, materializados no contato com os que ocupavam grandes e pequenas extensões de terra e as nações indígenas. Esses povos viam suas terras e rios serem tomados pelos grupos ou indivíduos que naquelas paragens chegavam, principalmente paulistas e mineiros. (2013, p.5)

[...]Foram muitos os discursos, as estratégias e ações, tanto do poder público quanto privado, para a tomada das terras desses povos que no decurso do XIX continuaram a ser vistos como empecilhos para a ‘civilização’. (2013, p.20)

Se sabe, a partir de Cunha (2012), que no instante em que os índios eram aldeados, cada aldeia recebia sesmarias de terras. No século XIX, estas terras puderam ser aforadas e arrendadas pelos diretores das aldeias. Esta prática se intensificou ainda mais com o decreto 426 de 24/7/1845, por meio do Regulamento das Missões. Segundo Cunha, cinco anos mais tarde, a Lei de Terras de 1850 previa terras devolutas para “hordas selvagens”, sendo tais áreas inalienáveis e destinadas somente para grupos nativos, todavia, como destaca a autora, essa lei foi burlada constantemente.

Logo após um mês da implantação da Lei de Terras, como observam Cunha (2012) e Giralдин (1997), mandou-se incluir aos “próprios nacionais” as terras de indígenas que fossem considerados inseridos na comunidade “civilizada”. Cunha explica essa política agressiva que foi derivada da Lei de Terras:

Após ter durante um século favorecido o estabelecimento de estranhos junto ou mesmo dentro das terras das aldeias, o governo usa o duplo critério da existência de população não indígena e de uma aparente assimilação para despojar as aldeias de suas terras. (2012, p.79)

Nesse cenário, em 1864, ocorre a guerra entre Paraguai e Brasil, e a entradadas tropas paraguaias nas terras mato-grossenses. Por causa dessa guerra, muitos povos originários eram forçados a se alistarem, como destaca Giralдин (1997), no exército brasileiro, a fim de que, ao final da guerra, conseguissem permanecer em suas terras. No caso dos Cayapó, a fim de não fazerem parte das fileiras dessas guerras muitos fugiram e terminaram formando uma aldeia perto do rio Taquari. Porém, outros indígenas não tiveram essa “sorte” e foram alistados, muitos à força, a exemplo dos Kadiwéu no sul de Mato Grosso.

Sarah Maranhão Vale estuda a posse de terra e a propriedade na província de Pernambuco. Faz a crítica à diretoria geral dos índios da região estudada, por esta instituição ir ao encontro de interesses do governo geral, ao invés de defender os interesses dos próprios povos indígenas. A autora mostra as várias violências que foram acometidas aos povos originários, o que ela chama de “violência autorizada”:

Da violência que atingia as aldeias, seja as dos fazendeiros usurpadores de terra, seja a da legislação anti-indigenista do Império, destaca-se pelo caráter abertamente repressor a utilizada pelas autoridades policiais locais, que

perseguiam, prendiam e matavam índios para manter a ordem e garantir a paz. A essa violência adicionava-se a do alistamento forçado dos índios como voluntários da pátria para lutar na guerra do Paraguai. Havia ainda a violência dos diretores parciais das aldeias, que agiam como 'donos' dos índios aldeados, obrigando-os a trabalhos particulares, entre outros desmandos. Enfim. Pode-se compreender por violência autorizada toda aquela justificada pelas autoridades, que a consideravam necessária para manter a ordem e a paz nas aldeias. (2011, p.321)

Em vista desse cenário, percebe-se que os conflitos envolvendo os povos originários ao longo dos séculos XVIII e XIX estavam ligados, intimamente, à exploração das minas de ouro, mas também às rotas do comércio de gado, pelas rotas terrestres e fluviais, etc, e ainda aos conflitos bélicos que marcaram o sul de Mato Grosso, como a Guerra com o Paraguai.

Ao analisarmos as Instruções do Vice-presidente Andre Gaudie Ley ao Tenente José Theodoro de Araújo para que conduzisse uma expedição contra os índios, no sul de Mato Grosso, em 14 de julho de 1830, percebemos esses conflitos, pois em um momento da instrução o Vice Presidente manda-o Tenente instruir seus soldados para: “ataca-los com todo o valor e coragem para rebater a força dos ditos índios”; mas, em outro momento, baseado na religião, manda-o não atacar: “porque eles vivem a maneira de feras sem cultura e sem humanidade, e nós instruídos pela Religião e pelas leis devemos sujeitar estes primeiros impulsos a nossa razão devendo sempre ser justos e humanos até no mesmo mal”.⁹

Percebemos então, a partir dos Relatórios aqui observados, entre outras fontes, que as relações entre o poder provincial e local e os povos originários foram marcadas por contradições e tensões. Tais conflitos atrelavam-se ao desejo de catequizá-los ou civilizá-los, a partir dos moldes da “civilização”, já que os poderes provinciais e particulares comumente os consideravam como “bárbaros”. Tais poderes provinciais e locais, e até mesmo sertanistas, entre outros viajantes, se consideravam no direito de utilizar de instrumentos vários de poder, de acordo com seus desejos.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Passado anos, a violência contra os povos originários de todo Brasil pouco se altera. O que muda são as formas de ataque. Infelizmente, apesar de mais de

⁹ Registro de Correspondência da Presidência da Província às Autoridades Provinciais (1829 a 1831). Instruções ao Tenente José Theodoro de Araújo na diligência que foi contra os índios (14 de julho de 1830). Documento 01, Livro 21 – EST. 05 – APMT. Acesso em: 17/06/2016

trezentos anos do começo da imagem dos Cayapó como “bárbaros”, vemos que as políticas públicas e os interesses privados não abandonaram as mesmas ataduras do passado.

Os conflitos que marcaram a construção de Sant’Anna do Parahyba revelam um cenário nada tranquila da chegada do outro,. Assim, o enredo desse lugar, como de outras regiões, foi desenrolando-se em meio a muitas intrigas, anseios por terras para fins econômicos e políticos, mortes, entre outros dramas, num cenário de muitos personagens, em que o poder do mando, do passado ao presente, deseja que se mantenham como excluídos da história. Procuramos, ao reverso da exclusão, resgatar esses personagens muitas vezes esquecidos, mas tão importantes para a história do norte ao sul de Mato Grosso e, conseqüentemente, para a realização crítica dessa narrativa.

Desse modo, o trabalho pretendeu abordar os povos originários pelos caminhos do sul de Mato Grosso, especialmente em Sant’Anna do Parahyba, mas mais que os caminhos objetivaram-se apreender os sujeitos, ou seja, os passos e a história de homens e mulheres indígenas ao deixarem as suas marcas impressas por este lugar, buscando o modo como fora se desenhando a história indígena nessa localidade.

REFERÊNCIAS

BORGES, Maria Celma. Escravos, roceiros e povos originários em Sant’Ana de Paranaíba: terra e liberdade nos campos do sul de Mato Grosso (séculos XVIII e XIX). In: *Revista Mundos do Trabalho*. Dossiê: Terra, trabalho e conflitos. UFSC, v.4, n.8, 2012, p.45-67.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. 1ª ed. – São Paulo : Claro Enigma, 2012.

CAMPESTRINI, Hildebrando. *Santana de Paranaíba – De 1700 a 2002*. 2ª. ed. Campo Grade: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2002.

GIRALDIN, Odair. *Cayapó e Panará*. Luta e sobrevivência de um Povo Jê no Brasil Central. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

JUZARTE, Teotônio José. *Diário da Navegação*. Campinas/SP: Editora da Unicamp/ Centro de Memória-Unicamp, 1999.

LOPES, Joaquim Francisco. *Derrotas*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2010.

MARTINS, Gilson Rodolfo. *Breve painel etno-histórico do Mato Grsoo do Sul*. Campo Grande, MS. UFMS/FNDE, 1992.

SILVA, Cássia Queiroz. *Pobres livres em Sant' Anna do Paranahyba*. Dissertação (Mestrado em História), UFGD, 2014.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Apontamentos para a civilização dos Indios Bravos do Imperio do Brasil*. Rio de Janeiro, 1823. Disponível em: <http://www.obrabonifacio.com.br/colecao/obra/1072/digitalizacao/pagina/8> Acesso em: 25/7/2016

VALLE, Sarah Maranhão. O processo de destruição das aldeias na segunda metade do século XIX. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). *A presença indígena no Nordeste*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011, p. 295-326.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Discurso Preliminar. Volume 2. 1857 Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01819220#page/4/mode/1up> Acesso em: 22/7/2016